

TRANSITIVIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS: UM ESTUDO SOBRE OS VERBOS INACUSATIVOS E SUA APLICAÇÃO À EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Pedro Rezende Simões

Helena Guerra Vicente

Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

Esse artigo busca analisar o modo pelo qual a questão da transitividade verbal é apresentada nos materiais didáticos na Educação Básica. Sendo este um tema amplo, o foco deste artigo são os verbos intransitivos e, mais especificamente, a sua subdivisão em verbos inacusativos e inergativos. Depois de uma revisão da literatura de gramáticas normativas e descritivas, são analisados livros didáticos adotados no Ensino Fundamental e Médio, mais especificamente as obras *Tecendo linguagens*, de Tânia Oliveira e Lucy Araújo (2018a, 2018b, 2018c) (sétimo, oitavo e nono ano); *Língua portuguesa e literatura*, da Secretaria de Estado da Educação, do Governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2006) (Ensino Médio); e *Português: literatura, gramática, produção de texto*, de Leila Lauar Sarmiento e Douglas Tufano (2011) (Ensino Médio). O aporte teórico utilizado para medir a eficiência e a qualidade dessas obras é o da Teoria Gerativa de Noam Chomsky. Quanto aos resultados encontrados, conclui-se que os livros didáticos não incluem possíveis contribuições dessa teoria na apresentação de conteúdos e exercícios. Segundo argumentamos, o emprego da teoria poderia levar o aluno a refletir de forma mais aprofundada sobre as construções de sua própria língua.

Palavras-chave: transitividade; educação básica; verbos intransitivos; material didático.

Introdução

O objetivo dessa pesquisa consiste em analisar os livros didáticos adotados em escolas brasileiras da Educação Básica, tanto no Ensino Fundamental II como no Ensino Médio, a partir dos estudos linguísticos mais recentes. Nos últimos anos, destaca-se uma preocupação dos acadêmicos em relação ao modo como a disciplina de língua portuguesa tem sido ensinada no Ensino Fundamental e Médio. Por exemplo, na prova do PISA de 2018, por exemplo, 50% dos alunos não atingiram o mínimo adequado, e apenas 0,2% conseguiram a proficiência máxima. Isso, obviamente, pode ser explicado por questões sociais, econômicas e políticas, as quais não cabem ao linguista resolver. Entretanto, há também problemas metodológicos e teóricos, os quais devem ser estudados e para os quais devem ser sugeridas soluções.

1 Trabalho resultante de pesquisa realizada em iniciação científica. Orientadora: Profa. Dra. Helena Guerra Vicente.

Tendo em vista esses dados, formulamos a hipótese de que os livros didáticos não estavam equiparados com o que está sendo estudado nas universidades brasileiras, o que foi comprovado a partir da análise realizada durante a pesquisa.

Percebe-se que muitos dos avanços da linguística teórica e aplicada não estão chegando à Educação Básica. Desse modo, torna-se necessário questionar: que partes da linguística são úteis a adolescentes que, provavelmente, não seguirão a área de letras? Por muito tempo, o ensino foi focado no estudo da regra pela regra, isto é, um ensino de “decoreba” que correspondia ao simples estudo taxonômico de termos morfossintáticos. Entretanto, esse método não se mostrou eficiente no maior objetivo da disciplina de Língua Portuguesa na Educação Básica: ensinar a ler e a escrever.

A respeito desse problema de pesquisa, Kenedy (2013) defende a ideia de que um dos grandes problemas do ensino tradicional de gramática é a parca compreensão de sintagma, conceito fundamental nos estudos linguísticos. Assim, o autor acredita que, para um melhor ensino de sintaxe, faz-se extremamente necessário uma maior coerência na descrição linguística, como a distinção desnecessária entre complemento verbal e nominal. Segundo o autor, apenas o termo ‘complemento’ já bastava.

De fato, desde os anos 1990, houve um distanciamento da gramática tradicional e um foco maior no texto. A gramática seria, nesse método, um mero instrumento para consulta caso houvesse alguma dúvida relacionada à língua. Esse tipo de raciocínio, muito provavelmente, inspirou a dinâmica para o ensino de Língua Portuguesa advogada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), baseado no eixo “uso – reflexão – uso” (BRASIL, 1998). Além disso, os PCNs adotam uma abordagem sociointeracionista da linguagem, de modo a enxergá-la como uma atividade discursiva (BRASIL, 1998). Isso se alinha à sociolinguística, à linguística textual e à análise do discurso, mas se afasta do que propõe a teoria gerativa²

Entretanto, apesar do entendimento de que pouco adianta estudar a regra pela regra, a teoria gerativa demonstra ser importante haver um foco maior no ensino de gramática por outra razão: o desenvolvimento do raciocínio lógico-analítico e do

² Esse trabalho está inserido nos pressupostos da teoria gerativa, que, dentre outras coisas, defende o inatismo da linguagem, o conhecimento explícito da gramática internalizada, bem como a gramática universal, sendo esta caracterizada pelo estágio inicial no qual nascem todas as crianças, estando, portanto, elas aptas a adquirir qualquer língua. O gerativismo é bastante extenso e complexo e, por isso, não cabe aprofundar suas conceituações aqui. Mesmo assim, vale dizer que essa escola linguística foi fundada nos anos 1950, opondo-se ao behaviorismo e ao estruturalismo vigentes. Este trabalho não defende que as outras correntes teóricas sejam deixadas de lado. O que é proposto, na verdade, é que às outras abordagens sejam somadas as contribuições da Teoria Gerativa.

método científico. Assim, fazer uma análise sintática teria um propósito pedagógico semelhante ao de se resolver um exercício de matemática. O estudante não necessariamente seguirá a área de exatas, mas esse conhecimento o ensinará a desenvolver habilidades que, talvez, sejam necessárias no futuro. Da mesma forma, ele pode nunca precisar fazer uma análise sintática fora do âmbito escolar, mas esse tipo de atividade pode ser útil para o aprimoramento de diversas aptidões mentais. Um questionamento de Ferreira e Vicente (2015), por exemplo, é:

[...] por que não proporcionar ao aluno, nos mesmos termos, um tratamento de verdadeiros “problemas” linguísticos e uma reflexão crítica sobre a realidade da língua com a qual o aluno está em contato constante? Se o aluno muitas vezes parte de seu senso comum e de observações sobre seu próprio cotidiano para resolver problemas de Física, por exemplo, qual a dificuldade da escola em adotar procedimento análogo quando se trata de Língua Portuguesa, lidando com a intuição linguística do aluno ou partindo daquilo que ele já sabe sobre sua língua? (FERREIRA; VICENTE, 2015, p. 426).

Portanto, tendo em vista uma necessidade de reformulação do ensino de língua portuguesa da Educação Básica, vêm à tona, neste momento, possíveis contribuições por parte da teoria gerativa. De acordo com essa teoria, por volta dos três anos de idade, toda criança já possui internalizada a gramática de sua língua; o objetivo da escola seria, dentro desse raciocínio gerativista, auxiliar os alunos a terem consciência sobre o que eles já sabem, em vez de ensinar-lhes algo do zero. Segundo Lobato (2015, p. 17), “quando se começa a refletir sobre fatos de língua, fica claro que os seres humanos nascem com uma estrutura mental organizada de tal modo que torna a aquisição de língua algo inevitável, inexorável”.

Tendo em mente esse aporte teórico, este artigo procura analisar a forma pela qual a transitividade verbal é apresentada nos livros didáticos, gramáticas tradicionais e textos teóricos de linguística. O objetivo desta pesquisa é observar como diferentes fontes tratam o mesmo assunto. Além disso, será discutida a subdivisão dos verbos intransitivos em inacusativos e inergativos. No português (europeu), tal subdivisão foi estudada inicialmente por André Eliseu (1984).

Depois de apresentadas gramáticas e teorias de inacusatividade e inergatividade, serão analisados diferentes livros didáticos, observando-se, em seguida, se a discussão desse assunto é válida para a Educação Básica. Dentro desse espírito, procura-se também entender sobre o que já está presente ali na intuição do aluno, falante de

português como língua materna, que é o que é chamado na literatura de “conhecimento implícito”. De acordo com Costa et al., (2011) no *Guião de Implementação de Português no Ensino Básico*, livro que busca auxiliar professores de português durante o processo de ensino de língua materna,

Usamos a língua porque temos conhecimento de regras da gramática, mas não temos consciência desse conhecimento. Por exemplo, qualquer criança portuguesa com dois anos, ao juntar um verbo com um complemento, produz enunciados como “quer água” e não “água quer”, enquanto uma criança japonesa produzirá “água quer” e não “quer água”. Este acerto no padrão de ordem de palavras revela que as crianças, aos dois anos, já sabem qual a ordem de palavras interna ao grupo verbal da sua língua – VO ou OV. Contudo, as crianças não têm consciência deste conhecimento. É por este motivo que o conhecimento gramatical é referido como conhecimento implícito. (COSTA *et al.*, 2011, p. 8).

Em suma, este artigo estabelece a hipótese de que o ensino moderno de gramática é muito voltado para a prática da escrita e da expressão oral, havendo pouco espaço para o estudo da linguagem a partir de um viés científico. A partir da análise dos livros didáticos, a pesquisa tentará confirmar ou não essa possibilidade. Segundo Quarezemin (2016):

São projetos de ensino de ciências utilizando a Linguística como porta de entrada. O aluno aprende a construir hipóteses científicas enquanto constrói uma gramática. O laboratório do linguista é a céu aberto. É muito barato, basta ter professor e alunos dispostos a enfrentar o desafio de explicar a natureza da sua língua. Despertar no aluno o espírito curioso que vai atrás de evidências e pistas. Essas experiências apontaram para uma relação positiva entre o aluno construir hipóteses sobre uma língua e ter um desempenho melhor na língua escrita, além de ter um efeito positivo no ensino de ciências e de matemática. O professor de língua pode, com o auxílio da Linguística, promover interações temáticas entre várias matérias, ensinando o raciocínio científico, estabelecendo ligações com a História, a Biologia e a Matemática, por exemplo. Construir gramáticas é construir uma teoria de explicação para a língua escolhida como língua objeto, que será estudada usando os mesmos princípios de formulação de hipóteses e sua verificação que aparece nas outras ciências. (Quarezemin, 2016; n.p).

A noção de transitividade conforme a gramática tradicional

De acordo com Rocha Lima (1972), há seis tipos de verbos no que se refere à sua predicação.

Em função do tipo de complemento que requerem para formar uma expressão semântica, assim se podem classificar os verbos:

A) Intransitivos, que, encerrando em si a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos

- B) Transitivos diretos, que exigem a presença de um objeto direto
- C) Transitivos indiretos, que pedem a presença de um objeto indireto
- D) Transitivos relativos, que apresentam um complemento preposicional, chamado relativo
- E) Transitivos circunstanciais, que requerem um complemento, preposicional ou não, chamado circunstancial
- F) Bitransitivos, que têm concomitantemente um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo. (LIMA, 1972, p. 416).

Dois desses termos exigem uma explicação mais detalhada por não serem de conhecimento geral. São eles o complemento relativo e o complemento circunstancial. O primeiro, segundo o mesmo gramático:

- [...] distingue-se nitidamente do objeto direto pelas seguintes circunstâncias.
- a) não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação.
 - b) Não corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição. (LIMA, 1972, p. 311).

O segundo, de acordo com ele: “é um complemento de natureza adverbial – tão dispensável à construção do verbo, quanto, em outros casos, os demais complementos verbais” (LIMA, 1972, p. 311). Para ilustrar tal explicação, menciona os exemplos a seguir:

- (4) a. Irei a Roma.
- b. Jantarei em Roma.

O gramático cita, ainda, o predicativo (ou anexo predicativo), que ocorre nos predicados verbo-nominais (ou mistos) nos quais esse complemento pode se referir ao sujeito ou objeto.

- (5) a. O guerreiro voltou ferido.
- b. O sofrimento torna os homens humanos.

Nesses exemplos trazidos pelo autor (LIMA, 1972, p. 311), “ferido” diz respeito ao sujeito, e no segundo caso, o adjetivo ‘humanos’, por sua vez, se refere ao objeto.

Quanto aos verbos transitivos, diz que, ao se pronominalizar, o seu objeto direto se faz reger de preposição, tomando a forma de complemento relativo. Dessa forma, o pronome torna-se acessório, de modo que “semelhar a um anjo” e “semelhar-se a um anjo” são igualmente aceitáveis.

Já Bechara (1999) chama de transitivos os verbos que exigem uma “delimitação semântica”. Um bom exemplo é:

- (6) a. O porteiro viu o automóvel.

Por outro lado, o autor explica que verbos que apresentam significado lexical completo não necessitam de outros signos léxicos. Exemplo:

- (7) a. Ela não trabalha.

Bechara (1999) assume que o mesmo verbo pode ser usado tanto transitiva como intransitivamente, principalmente quando expressa algo vago. Para ele, isso só é possível quando toda sua extensão significativa engloba o significado de tudo que poderia ser um complemento. Rocha Lima (1972) também diz o mesmo.

- (8) a. Eles bebem pouco (algo líquido: água, refrigerante, suco, etc).
b. O aluno não escreveu (um texto: bilhete, carta, etc).

Dessa forma, verbos como “oferecer” e “reparar” não podem ser usados intransitivamente a menos que seus complementos já estejam explícitos no contexto. Por fim, o autor demonstra que, às vezes, a intransitividade leva a um outro significado semântico:

- (9) a. Ele não vê (não enxerga, é cego).
b. Já não bebe (abandonou o alcoolismo).
c. Ainda não lê (é analfabeto).

Celso Cunha e Lindley Cintra (1985) também apresentam os verbos de ligação (ou copulativos), que têm a função de ligar o sujeito com seu predicativo. Esse estaria presente no predicado nominal. Além disso, há os significativos, que aparecem no predicado verbal. Esses estão divididos em transitivos e intransitivos, sendo que os primeiros exigem complemento, mas os últimos, não. Os transitivos selecionam objeto direto, objeto indireto ou ambos.

Já a *Novíssima Gramática do Português Brasileiro*, de Domingos Paschoal Cegalla (2008), divide a predicação verbal em intransitivos, de ligação, transitivos diretos, transitivos indiretos e transitivos diretos e indiretos, exatamente como Celso Cunha e Lindley Cintra (1985). Cegalla (2008), por outro lado, não menciona os verbos significativos e não associa a predicação ao predicado. Na verdade, como se verá adiante, essa é a abordagem predominante nos livros didáticos.

É possível notar a mistura indiscriminada dos níveis linguísticos feita pelas gramáticas tradicionais. Sabe-se, na verdade, que a linguagem contém diversas

“camadas”, tais como a fonologia, a morfologia e sintaxe. É fato, portanto, que cada uma dessas “partes da língua” funciona de forma diferente, fato ignorado pelos gramáticos. No caso, são utilizados critérios semânticos para explicar o fenômeno da transitividade.

A respeito desse tema, a seção a seguir mencionará o trabalho de Mário Perini (1996).

Gramática descritiva do português – proposta de Mário Perini

De acordo com a maioria dos gramáticos, a transitividade depende principalmente do contexto. Como já mencionado, a tradição gramatical reconhece que alguns verbos transitivos podem ser aplicados intransitivamente e vice-versa.

Entretanto, os casos em que o mesmo verbo pode ser transitivo ou intransitivo são tantos que o linguista Mário Perini descreveu uma nova classe no que diz respeito à sua predicação: os de aceitação livre. Esses poderiam recusar ou aceitar o complemento, e dizem respeito à maioria dos verbos da língua.

- (10) a. O gato faz barulho de noite
b. * O gato faz de noite
c. * Ele nasceu um nascimento tranquilo
d. Ele morreu uma morte tranquila
e. Meu gato já comeu todo o mingau
f. Meu gato já comeu

Segundo o linguista, 9,6% dos verbos recusam objeto direto, 31,6% o exigem e 58,9% o aceitam livremente. Portanto, a classificação da predicação na gramática tradicional deixa de fora a maioria dos verbos na língua.

A noção de inacusatividade segundo a teoria gerativa

Eliseu (1984) defende a teoria de que os verbos monoargumentais não são uma classe homogênea. Sem dúvida, a partir de um ponto de vista superficial, a existência de um único sintagma nominal na estrutura faria com que um verbo pudesse ser classificado como intransitivo. Mas observando mais a fundo as estruturas sintáticas, é possível perceber que os verbos intransitivos podem ser subdivididos em dois subtipos: inacusativos e inergativos. Para maior aprofundamento sobre o tema, Eliseu (1984)

propõe alguns testes morfossintáticos para avaliar a inacusatividade de um determinado verbo.

O teste do particípio absoluto

A construção sintática do particípio absoluto só é possível com verbos inacusativos. Com os inergativos, a sentença se torna agramatical:

- (11) a. Movida a cadeira, João saiu para a sala.
 b. *Nadado João, saiu da piscina.

O teste do adjunto adnominal e do predicativo do sujeito

De maneira semelhante ao particípio absoluto, a inergatividade também está presente no particípio com valor de adjetivo, identificado tradicionalmente como predicativo do sujeito (em 12c e 12a) ou adjunto adnominal (em 12b e 12d). Nesses casos, a frase é gramatical apenas no contexto de verbos inacusativos. Observe esses exemplos, propostos por Eliseu (1984):

- (12) a. O filho está crescido.
 b. Filho crescido tem juízo.
 c. *Os atletas estão corridos.
 d. *Os atletas corridos descansaram.

O teste da transitivização

Além do particípio absoluto, predicativo do sujeito e adjunto adnominal, outra possibilidade de identificar a inacusatividade verbal é por meio do teste da transitivização, exemplificado a seguir.

- (12) a. As pedras rolaram.
 b. A Maria rolou/fez rolar as pedras.
 c. As meninas sorriram.
 d. *A Maria sorriu as meninas.

As frases acima, extraídas de Guerra Vicente e Pilati (2012, p. 12), demonstram como os dois primeiros exemplos são compostos de verbos inacusativos e os dois últimos, de inergativos. As autoras notam que, no primeiro caso, é possível transformar o verbo principal em transitivo, ao adicionar à estrutura um argumento interno. Entretanto, no segundo caso, a presença de um objeto direto torna a sentença agramatical³.

³ Eliseu (1984) também menciona a presença do teste morfológico de nominalização, que consiste em nominalizar verbos a partir dos sufixos “-vel” e “-or”. Segundo o autor, substantivos com o afixo “-or”

Método de análise dos livros didáticos

Foram selecionados livros didáticos utilizados na rede pública do Distrito Federal e na do Paraná. Brasília foi escolhida tendo em vista que esse artigo foi produzido pela UnB e os autores são dessa cidade. Mesmo assim, pareceu necessário aos pesquisadores observar um exemplo de outra localidade para perceber se o que foi encontrado nessa pesquisa não é apenas uma questão regional. Para esse trabalho científico, foram escolhidos livros do sétimo (já que a transitividade é apresentada pela primeira vez nesse período) e oitavo ano do Ensino Fundamental, um volume único de gramática (ambos do DF), bem como uma única obra utilizada de primeira e segunda série do Ensino Médio (do Paraná). O motivo para essa escolha é analisar o tema “transitividade” desde o momento em que é apresentado aos estudantes, isto é, no sétimo ano, e o seu processo de aprofundamento, no oitavo ano.

Essa é uma pesquisa de caráter qualitativo, pois busca analisar apenas três livros didáticos: *Tecendo linguagens*, de Tânia Oliveira e Lucy Araújo (2018a, 2018b, 2018c) (sétimo, oitavo e nono ano); *Língua portuguesa e literatura*, da Secretaria de Estado da Educação, do Governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2006) (Ensino Médio); e *Português: literatura, gramática, produção de texto*, de Leila Louar Sarmento e Douglas Tufano (2011) (Ensino Médio). O primeiro e o terceiro são utilizados na rede de ensino do DF, e o segundo, do Paraná.

No que se refere aos objetivos da pesquisa, já se sabia de antemão que os termos “inacusativo” e “inergativo” não seriam usados. Apesar disso, os pressupostos básicos da teoria gerativa podem ser úteis para a Educação Básica, e, dessa forma, este artigo procura compreender o processo de ensino de língua materna, bem como as dificuldades de aprender a norma-padrão. Para isso, este trabalho procura explicar as falhas e os problemas do método tradicional de se ensinar transitividade e, em seguida, busca mostrar como os conhecimentos modernos de linguística podem ajudar o professor de português a tratar de um tema tão complexo como a linguagem.

A importância do livro didático

podem ser derivados a partir de verbos transitivos e inergativos, mas não inacusativos. Além disso, a derivação de adjetivos terminados em “-vel” é possível a partir de verbos transitivos, mas não intransitivos. Mesmo assim, há uma grande variação nessas derivações, de modo que não é possível chegar a uma conclusão absoluta. Por essa razão, bem como pela economia de espaço, decidimo-nos pelo não aprofundamento desse teste.

Antes de começar a análise dos livros didáticos, é importante refletir um pouco sobre seu papel na escola. Sendo centrais na produção e na disseminação do conhecimento, é extremamente importante que bons livros, ou seja, livros com *input* linguístico de qualidade, sejam escolhidos.⁴

De acordo com Lajolo (1996), o papel do livro didático é produzir significados. A autora explica que, assim como a poesia cria imagens e altera sentidos, o mesmo vale para o material escolar. Sendo assim, seu principal objetivo é o de transmitir informações que serão usadas posteriormente pelo professor. Ao contrário do poema, porém, ele não vale por si mesmo. Enquanto um texto literário ou científico contém todas as informações necessárias para o entendimento, o livro didático precisa ser colocado em prática pelo professor. Desse modo, para a autora, um mau livro nas mãos de um bom professor vale mais do que o contrário.

De qual quer maneira, o material não pode conter informações inadequadas de um ponto de vista científico. Lajolo (1996) exemplifica que nenhum livro pode afirmar que o Brasil se divide em 16 estados, grafar casa com z e nem afirmar que a Inconfidência Mineira pretendia a abolição da escravatura. Assim, o material didático precisa ter veracidade científica. Precisa não só conter informações corretas como também ser atualizado constantemente, de acordo com a evolução da ciência.

Tendo em vista esta breve introdução, serão analisados, em seguida, alguns livros didáticos adotados em algumas das escolas do Brasil.

“Tecendo linguagens: sétimo ano”, de Tânia Oliveira e Lucy Araújo

Na parte de “reflexão sobre a língua” do livro *Tecendo Linguagens* (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018a), há a apresentação do tema “verbos transitivos e intransitivos”, o que ocorre a partir de um texto sobre futebol. É notável o uso de gêneros orais e informais, que são próximos da realidade dos alunos.

Nesse estágio inicial de aprendizagem, não são apresentadas aos alunos as regras gramaticais de uma vez. Pelo contrário, eles são levados a refletir sobre a língua e, depois, aprendem a nomenclatura técnica. Para responder a essas questões, é necessário

4 Aguiar (2020) discute o papel do *input* nos livros didáticos. A autora estuda a presença dos clíticos de terceira pessoa, pronomes não muito utilizados no português coloquial. Assim, partindo da premissa de que a aquisição da escrita é semelhante ao aprendizado de uma segunda língua, a pesquisadora discute se os livros didáticos contém uma quantidade de *input* considerável para o domínio dos clíticos de terceira pessoa, conhecimento linguístico exigido pela norma-padrão.

ter um conhecimento a respeito da noção de sujeito e verbo, conteúdos aprendidos anteriormente. Além disso, também é valorizado o conhecimento empírico, de modo que as crianças são induzidas pelos exercícios a refletir sobre a gramática. No livro do professor, há uma dica: “explique aos alunos que os verbos, em sua maioria, têm transitividade flutuante, ou seja, dependendo de seu sentido ou contexto, podem ser transitivos ou intransitivos.” (p. 109)

Ainda no sétimo ano, é apresentada a subdivisão dos verbos transitivos a partir da visão da gramática tradicional. Novamente, da mesma maneira da explicação acima, o método aplicado é empírico, de modo que os alunos possam, eles mesmos, descobrir como o português funciona. Este método defende a possibilidade de valorizar o conhecimento prévio do falante. Mesmo assim, o que os PCNs chamam de “conhecimento prévio” se refere aos saberes adquiridos nas séries anteriores, e não à gramática internalizada, que não é aprendida na escola.

Entretanto, nas explicações contidas no livro, como se vê, não há uma divisão clara entre os níveis linguísticos. Assim, esse tipo de descrição linguística é prejudicial aos estudantes que querem se aprofundar, pois a transitividade envolve questões semânticas, morfológicas e sintáticas, mas apenas as primeiras são valorizadas na Educação Básica.

Desse modo, observando a frase “os jogadores do Corinthians e Palmeiras vão entrando (entram) no gramado da arena”, é possível notar, a partir dos seguintes testes, que o verbo “entrar” é inergativo:

- (13) a. * Os jogadores foram entrados.
b. * Entrados os jogadores, a partida começou.

Por fim, o exemplo retirado da resenha “Espetáculo Os Saltimbancos chega às casas de cultura” não tem verbos intransitivos em si, e sim verbos canonicamente transitivos sem a presença do objeto direto.

Nesse trecho do livro, é possível perceber o uso de exemplos que tornam o conceito da transitividade mais fácil de entender. Antes da explicação teórica, há um texto que permite que o aluno use de sua gramática internalizada para compreender os conceitos.

A seguir, há a fundamentação teórica. Vale frisar a presença de frases canônicas, isto é, os tipos de sentenças que, embora raras no cotidiano, servem como ilustração

didática para algum fenômeno gramatical. Além disso, é marcante como os exemplos mencionados não são os mesmos do texto da imagem.

Novamente, os exemplos na fundamentação teórica são diferentes daqueles no texto.

“Tecendo linguagens: oitavo ano”, de Tânia Oliveira e Lucy Araújo

No oitavo ano, aprofundam-se os estudos da transitividade. Enquanto na série anterior fala-se apenas dos verbos, nesse período se discutem seus complementos: objeto direto e indireto. Dessa forma, o livro didático propõe ao professor relacionar os termos nominais com os verbais para, assim, os estudantes entenderem a relação entre os temas estudados.

O livro didático *Tecendo linguagens* (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018b) difere de alguns gramáticos, tais como Rocha Lima (1972), que propõe os termos “complemento circunstancial” e “complemento relativo”, não adotados nem nesse nem nos outros livros didáticos que serão apresentados adiante. Na verdade, isso ocorre devido à falta de padronização dos termos gramaticais, tema recorrente da literatura linguística do século passado, o que se buscou resolver por meio do documento conhecido como Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Tendo em vista que essa obra foi escrita em 1972 e que a NGB foi adotada em 1956, nota-se que ainda há uma resistência quanto à nova terminologia.

Além disso, é mencionada pela primeira vez a regência. Considerada bastante próxima à transitividade, seu estudo consiste em memorizar uma lista de verbos seguidos pelo seu complemento. O argumento para isso, como era de se esperar, é o de que esse conhecimento pode melhorar a produção textual. A noção de transitividade estudada é baseada na intuição linguística do falante e quase sempre se misturam os níveis sintático e semântico, o que revela a ausência de critérios por parte desses autores.

Observando os textos de apoio tanto no oitavo como no sétimo ano, nota-se como esses adotam principalmente verbos transitivos. Assim, o aprendizado começa pelo verbo com complemento até passar para o que não o tem.

Por fim, no exemplo “a agitação dos meus pensamentos terminou”, o verbo intransitivo escolhido é inacusativo, como se observa pela gramaticalidade das sentenças:

(14) a. A agitação dos meus pensamentos está terminada.

b. Terminada a agitação dos meus pensamentos, fui embora.

Na imagem abaixo, encontra-se uma revisão do que foi estudado no ano anterior. Seria útil, na verdade, um aprofundamento sobre os conceitos aprendidos anteriormente, mas isso não é feito.

Assim como foi feito no ano anterior, aqui há questões que visam estimular o raciocínio dos alunos. Como ponto positivo, destaca-se a menção ao “sujeito”, tendo em vista que o verbo não seleciona apenas o argumento interno, mas também o externo. As gramáticas tradicionais, por outro lado, marcam a transitividade apenas pela seleção do complemento. Assim, esse livro didático pode fazer o aluno perceber a importância do sujeito na seleção argumental.

Seguindo adiante, há a presença da regência, um tema semelhante à transitividade. Sabe-se que, para uma boa produção textual, o conhecimento de regência é fundamental. Mesmo assim, seu ensino é, por vezes, perpassado pela memorização extensiva da preposição “correta”. De qualquer maneira, é necessário compreender a relação entre a transitividade e a regência.

“Língua portuguesa e literatura”, da Secretaria de Estado de Educação, do Governo do Estado do Paraná

Passando à análise de livros didáticos utilizados no Ensino Médio, pode-se afirmar que, basicamente, o conteúdo de transitividade dado no Ensino Fundamental e no Médio é o mesmo, de modo que não há um aprofundamento. Assim, no que se refere à predicação verbal, os anos finais da Educação Básica são apenas uma revisão do que foi aprendido anteriormente, sem que qualquer conteúdo novo seja adicionado. Na verdade, é dada uma menor atenção à transitividade no Ensino Médio do que no fundamental, o que provavelmente acontece devido a uma maior quantidade de aulas de redação, devido à proximidade do vestibular.

Novamente, é adotada a abordagem empírica que busca utilizar-se da gramática internalizada do aluno. Entretanto, é notório que os verbos intransitivos são tratados como verbos “transitivos sem objeto direto”. Assim, não está claro que as diferenças sintáticas e semânticas entre verbos transitivos e intransitivos são mais do que a presença ou a ausência de objeto direto.

“Português: literatura, gramática”, de Leila Lauar Sarmiento e Douglas Tufano

Esse livro didático, ao contrário dos outros dois mencionados anteriormente, apesar do título, contém predominantemente gramática. Não se preocupa em ensinar ou

abordar conteúdos relativos a literatura. Assim, é de se esperar que, por ser um livro didático que trata quase exclusivamente de gramática, haja um maior aprofundamento no tema gramatical escolhido. Entretanto, o livro aborda o conteúdo de transitividade verbal de modo semelhante aos anteriores, ou seja, a partir de exemplos empíricos e sem aprofundamento teórico.

A frase que exemplifica a categoria dos verbos intransitivos contém um verbo inergativo, o que é ilustrado pela agramaticalidade das sentenças:

- (15) a. * Descido o atleta, recebe o prêmio.
b. * O atleta está descido.

Considerações finais

O objetivo inicial deste artigo era compreender se os livros didáticos adotados na Educação Básica eram adequados cientificamente, isto é, se seguem os pressupostos teóricos mais presentes na universidade. A hipótese inicial de que, apesar de serem bons do ponto de vista metodológico, não demonstram as descobertas mais recentes da linguística, foi comprovada.

Quanto à inacusatividade, tema central deste artigo, os livros didáticos apresentaram um número maior de verbos inergativos do que inacusativos, na proporção de dois para um, respectivamente, conforme um trabalho estatístico feito pelos autores. Além disso, há um termo que não pode entrar em nenhuma categoria: o neologismo “teadorar”, expresso em um poema de Manuel Bandeira, que não é uma palavra da língua portuguesa e, portanto, não pode ser considerado um verbo monoargumental, sendo, portanto, uma incorporação do objeto no verbo.

Depois de analisar livros didáticos, gramáticas normativas, bem como estudos da linguística da teoria gerativa e funcionalista, foi percebido que não há um consenso entre os estudiosos sobre a transitividade. Embora seja possível separar esse assunto em três grandes grupos (linguística, gramáticas tradicionais e livros didáticos), é notável, ainda, que essas fontes não são homogêneas. Considera-se importante diferenciar o material pedagógico das gramáticas tradicionais porque, apesar de usar uma adaptação da gramática tradicional, a Educação Básica não a segue fielmente.

Entretanto, das três fontes escolhidas, os livros didáticos são os mais homogêneos. Diferem muito mais no modo como tratam um assunto do que no conteúdo em si. Nota-se aí uma padronização do tema transitividade, coisa que não se

vê nem entre os linguistas nem entre os gramáticos. É importante deixar claro que a padronização dos livros didáticos não é necessariamente uma coisa boa, tendo em vista que diferentes alunos em escolas distintas podem ter necessidades educacionais diversas.

A principal crítica a se fazer é o fato de que o que se aborda na escola a título de compreensão sobre a transitividade verbal em língua portuguesa, no geral, é uma parca compreensão da distinção entre os níveis linguísticos, tais como a semântica, a sintaxe e a morfologia. Os livros didáticos não os diferenciam propriamente. Portanto, para melhorar o ensino da transitividade, bem como o da gramática em geral, torna-se necessário, em primeiro lugar, explicar esse mesmo assunto, bem como todos os outros, a partir da perspectiva da semântica, da sintaxe e da morfologia, entre outros. É apenas com a compreensão de como cada palavra age de modo distinto em cada “camada da linguagem” que haverá um maior entendimento sobre a gramática.

Percebe-se, por fim, que os termos “inergativo” e “inacusativo” são “algo a mais” a ser estudado na transitividade. Podem ser apresentados para efeitos de curiosidade ou mesmo com o propósito de evitar alguma confusão com a terminologia.

Por exemplo, no capítulo 5.5 deste artigo (transitivização), foram mencionados os seguintes exemplos, inicialmente demonstrados por Pilati (2012):

- (17) a. As pedras rolaram.
- b. A Maria rolou/fez rolar as pedras.
- c. *A Maria sorriu as meninas.

Ao se estudar os verbos transitivos e intransitivos, os alunos podem perceber que alguns verbos intransitivos se “transitivam”, enquanto outros, não. Como foi estudado neste artigo, ‘sorrir’ é inergativo e ‘rolar’, inacusativo, mas apresentar essa nomenclatura provavelmente irá confundir os alunos.

Esse conhecimento pode servir de exemplo para que os alunos percebam que a classe dos verbos intransitivos não é homogênea, embora possa parecer que sim. Desse modo, é possível que a inacusatividade possa servir como uma nota de rodapé no Ensino Médio para o estudante que quiser se aprofundar no assunto. A classificação tradicional, é claro, não está errada, mas é prudente demonstrar uma nova forma de enxergar a língua.

Referências

AGUIAR, Ana Carolina Nunes; Clíticos Acusativos de Terceira Pessoa e o Input em Livros Didáticos no Ensino da Escrita do PB, UnB, Brasília, 2020.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COSTA, João; CABRAL, Assunção Caldeira; SANTIAGO, Ana; VIEGAS, Filomena. **Guião de Implementação do Programa de Português no Ensino Básico: conhecimento explícito da língua**. Lisboa: Ministério da Educação; DGIDC., 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA; Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELISEU, André. **Verbos ergativos do português: descrição e análise**. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1984.

FERREIRA, Elisabete Luciana Moraes. GUERRA VICENTE, Helena. Linguística gerativa e “ensino” de concordância na Educação Básica: contribuições às aulas de gramática. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 18, n. 2, p. 425-455, jul./dez. 2015.

GUERRA VICENTE, Helena; PILATI, Eloísa. Teoria gerativa e “ensino” de gramática: uma releitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **VERBUM – Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, n. 2, p. 2-14, 2012.

KENEDY, Eduardo. Possíveis Contribuições da Linguística Gerativa ao Professor de Língua Portuguesa. UFF. 2013.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual do usuário. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 56. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

LOBATO, Lucia. **Linguística e ensino de línguas**. Brasília: Editora UnB, 2015.

OLIVEIRA, Tânia; ARAÚJO, Lucy. **Tecendo linguagens: língua portuguesa: 7º ano**. 5. ed. São Paulo: FTD Educação; IBEP, 2018a.

OLIVEIRA, Tânia; ARAÚJO, Lucy. **Tecendo linguagens: língua portuguesa: 8º ano.** 5. ed. São Paulo: FTD Educação; IBEP, 2018b.

OLIVEIRA, Tânia; ARAÚJO, Lucy. **Tecendo linguagens: língua portuguesa: 9º ano.** 5. ed. São Paulo: FTD Educação; IBEP, 2018c.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Língua portuguesa e literatura.** 2. ed. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana Reigota; VICENTE, Helena Guerra; SALLES, Heloisa. Educação linguística e ensino de gramática na Educação Básica. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 395-425, jul./dez. 2011.

Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil, INEP; 03\12\2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206

PIRES, Roberta; QUAREZMIN, Sandra. Gramáticas na escola. Universidade de Brasília. Editora vozes. 2016.

SARMENTO, Leila Lauer; TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática, produção de texto.** São Paulo: Moderna, 2011. Volume único.

SOARES, Magda; Letramento e alfabetização: as muitas facetas; UFMG; 2003.

TRANSITIVITY IN SCHOOL BOOKS: A STUDY ABOUT INACCUSATIVE VERBS AND THEIR APPLICATION TO BASIC EDUCATION

ABSTRACT

This article seeks to analyze the way in which the issue of verbal transitivity is presented in teaching materials in Basic Education. As this is a broad theme, the focus of this article is on intransitive verbs and, more specifically, their subdivision into unaccusative and inergative verbs. After a literature review of normative and descriptive grammars, textbooks adopted in Elementary and High Schools are analyzed, more specifically the works Tecendo linguagens, by Tânia Oliveira and Lucy Araújo (2018a, 2018b, 2018c) (seventh, eighth and ninth year); Portuguese language and literature, from the Secretary of State for Education, from the Government of the State of Paraná (PARANÁ, 2006) (High School); and Portuguese: Literature, Grammar, Text Production, by Leila Lauer Sarmiento and Douglas Tufano (2011) (High School). The theoretical framework used to measure the efficiency and quality of these works is that of Noam Chomsky's Generative Theory. As for the results found, it is concluded that textbooks do not include possible contributions of this theory in the presentation of contents and exercises. As we argue, the use of theory could lead the student to reflect more deeply on the constructions of their own language.

Keywords: *transitivity; education; intransitive verbs; teaching materials.*

Enviado em: 18 de novembro de 2021